

Dever de resposta

Ataque despropositado

Em vídeo veiculado pelo canal “Agro+”, tem-se uma exaltação ao uso dos “defensivos agrícolas” por parte do presidente executivo de empresa nominada de “CropLife Brasil”, acompanhada por um tosco e infundado ataque ao Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, por conta de campanha que a instituição organiza sobre os danos ocasionados por esses químicos na saúde humana, animal e ambiental (para comprovação acessar

https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=tqkC_PQF7Fs&feature=share&fbclid=IwAR04v6AXVVCS45iFQ2ySCZ9_Gba9xh7ZrLxXxKQWNV2Gs1ckSFWfnaJWOQU#men u)! Também a mídia escrita intitulada “Agrolink” faz referência ao fato e, embora cite mas não identifique os “especialistas do agronegócio” entrevistados, reproduz: “A medida foi criticada por especialistas em legislação do agronegócio ouvidos pelo Agrolink, num contexto de escassez de recursos públicos, em plena pandemia de COVID-19. “É muito dinheiro para fazer campanha contra agrotóxicos. Quantos respiradores dariam?”, questionou uma fonte ouvida (para comprovação acessar https://www.agrolink.com.br/noticias/mpf-gasta-r--778-mil-em-campanha-contradefensivos_447591.html). O Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos é uma entidade plural, atualmente coordenada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e composta por diversos setores ligados às Universidades, Instituições de Pesquisa, Secretarias de Estado, Conselhos Regionais, Ministério Público Estadual, além de entidades representativas de diversos setores, perfazendo um total de 68 instituições as quais, democraticamente, buscam colaborar no debate sobre tema nodal a respeito de saúde pública e ambiental. No vídeo citado sobejam afirmações infundadas, muitas surpreendentemente agressivas, além de repetidas desconsiderações e negacionismos para com a ciência. A acusação rude e deseducada de “ativismo barato, ideológico” a Procuradoras(es) do Ministério Público, feita por parte do presidente executivo de empresa nominada de “CropLife Brasil”, não encontra o mínimo respaldo na conduta dos agredidos. Tentar-se-á aqui, mesmo na barafunda de argumentos das matérias jornalísticas, distorções grosseiras e

falsas acusações, responder ao ataque feroz, desmedido e desproposital contra o Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, assim como contra pessoas e instituições que o compõem. O primeiro fato, como se necessário esclarecer fosse, é que “agrotóxicos” não são “defensivos agrícolas”, como instado pela apresentadora do programa televisivo e também presente na reportagem escrita. Numa visão embasada na química, na biologia, entre outros ramos da ciência, “agrotóxicos” são venenos, compostos químicos que não existem naturalmente na natureza, cujo princípio ativo (em ação isolada ou em reação com outros componentes), visa a desestruturação e destruição de células, através do desequilíbrio da homeostase animal e vegetal. Dessa forma, uma vez no organismo, seu efeito é sistêmico e imprevisível para os demais tecidos “não alvos”! Agrotóxicos são venenos (biocidas) planejados para matar células e exterminar vida! O Instituto Nacional do Câncer (INCA) repassa a informação que, segundo a Organização mundial da Saúde (OMS), “são registradas 20 mil mortes por ano devido o consumo de agrotóxicos”, além de alertar: “Os principais afetados são os agricultores e trabalhadores das indústrias de agrotóxicos, que sofrem diretamente os efeitos dos agrotóxicos durante a manipulação e aplicação. • Toda a população está suscetível a exposições múltiplas a agrotóxicos, por meio de consumo de alimentos e água contaminados. • Gestantes, crianças e adolescentes também são considerados um grupo de risco devido às alterações metabólicas, imunológicas ou hormonais presentes nesse ciclo de vida”. (para comprovação acessar <https://www.inca.gov.br/en/node/1909> / grifo na publicação original). Muitos dos agrotóxicos são pensados e fabricados para serem usados como armas de guerra por conta desse efeito biocida. Exemplifica-se com o veneno 2,4-D, o segundo mais usado no Brasil e empregado como arma química e biológica durante a Segunda Guerra Mundial. Também foi utilizado no conflito do Vietnã em associação com o herbicida 2,4,5-T, formando o mortal e lúgubre “Agente Laranja” (para comprovação acessar https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81cido_diclorofenoxiac%C3%A9tico). Atualmente pulverizado em grande escala sobre lavouras e pessoas no RS, este componente do “Agente Laranja” foi aspergido por aviões estadunidenses durante o conflito bélico contra o Vietnam do norte, com a intenção de destruir (desfolhar) suas florestas e, assim, identificar e matar com mais facilidade os soldados inimigos. A ação do químico provocou, tanto na população vietnamita quanto nos próprios soldados americanos, elevadas taxas de cânceres, distúrbios

digestivos, respiratórios e epidérmicos (para comprovação acessar <https://www.dw.com/pt-br/agente-laranja-olegado-fat%C3%ADdico-dos-eua-no-vietn%C3%A3/a-18421288>).

Entretanto, o legado mais macabro da ação do “Agente Laranja” reside no aborticídio e infanticídio que ocasionou; esse químico provocou incalculável número de abortos espontâneos e defeitos congênitos, com sequelas verificadas até os dias de hoje na população vietnamita (para comprovação acessar

https://www.google.com.br/search?q=agente+laranja+efeitos&hl=ptBR&sxsrf=ALeKk00u u6nFJkqtJN4Pd2EgEm9SxE3oAg:1617236786964&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=2ahUKEwi8l9HB5NvvAhXqIbkGHesyCMsQ_AUoAXoECAEQAw&biw=1536&bih=722)! Sob a óptica da ciência, o 2,4-D atua mimetizando hormônios vegetais e

como todo o agrotóxico tem grande dispersão, é o responsável por imensas e irreparáveis perdas nas safras gaúchas de uvas. Os vinicultores relatam que o veneno está “erradicando os parreirais” no RS – assim como erradicou florestas no Vietnam. (para comprovação

acessar <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/588616-2-4-d-herbicida-que-tem-feito-agricultores-desistirem-de-produzir-uvas>).

Segundo estimativa do Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin), para a região da Campanha gaúcha houve uma estimativa de perdas de até 40% da safra de uva de 2018, com um cálculo de prejuízo no valor de R\$ 216 milhões.

Também oliveiras e pomares da região sofreram grandes danos (para comprovação acessar <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e-lavoura/noticia/2018/12/quebrada-safra-de-uva-na-campanha-por-residuos-de-24-d-pode-chegar-a-40-cjpn Yorlh0la701piiirqkqrf.html>).

Oportunamente fica ressaltado, e com vênias, que o problema acima relatado ocorreu por conta da deriva e não pela pulverização direta sobre as áreas afetadas, ou seja, fica demonstrado de forma inequívoca o imenso poder dispersante e assustadores efeitos do agrotóxico 2,4-D. Como a “matéria jornalística do Agro+” afirma que a Anvisa regula “duramente” os agrotóxicos, abaixo está reproduzido o parágrafo de documento emitido exatamente por essa agência quando analisou a liberação deste 2,4-D, constando na página 32 do mesmo: “Conforme avaliado pela EFSA (2014b), em ratos o 2,4-DCP causou embriotoxicidade (redução da sobrevivência intrauterina, do peso fetal e da ossificação), mas não teratogenicidade, apenas em doses materno tóxicas (mortalidade e redução no ganho de peso), tendo sido estabelecido um Nível de Efeito Adverso Não Observado (No Observed Adverse Effect Level – NOAEL) materno de 200 mg/kg/dia e um

NOAEL para o desenvolvimento de 375 mg/kg/dia, bastante superiores aos do 2,4-D que, conforme mostra o quadro 19 (item 7.1 da parte II) deste parecer, são de 25 mg/kg/dia”. (para comprovação ler “PARECER TÉCNICO DE REAVALIAÇÃO NO 07, de 2015/GGTOX/ANVISA”, sob o título; “Reavalia os riscos à saúde humana do ingrediente ativo ácido 2,4-diclorofenoxiacético (2,4-D). Grifo no documento original) Assim, ressaltado em negrito, consta que a Agência Europeia para a Segurança dos Alimentos (European Food Safety Authority – EFSA), indicou claramente que o 2,4- D provoca “embriotoxicidade (redução da sobrevivência intrauterina)”, ou seja, o 2,4- D é abortivo (grifo no documento original)! Para além, em junho de 2015, 26 experts de 13 diferentes países reuniram-se em Lyon (França), num encontro científico organizado pela Agência Internacional de Pesquisa sobre o Câncer (International Agency for Research on Cancer – IARC) e, depois de análise, indicaram que: “O 2,4-D mostra forte evidências de indução de stress oxidativo e evidências moderadas de imunossupressão na espécie humana, baseado em estudos in-vivo e invitro. Ao se considerar todos os dados científicos relevantes, o grupo de trabalho classificou o 2,4-D como “possivelmente carcinogênico para humanos (Grupo 2B)” (para confirmação acessar “Carcinogenicity of lindane, DDT, and 2,4-dichlorophenoxyacetic acid” / <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S1470-2045%2815%2900081-9>) Os motivos para que este veneno 2,4-D tenha sido liberado, mesmo com tais comprovações, deve ser questionado à própria Anvisa. O segundo fato, extremamente impactante e desagradável, é o negacionismo científico das matérias, ressaltando-se especificamente a manifestação do presidente executivo de empresa nominada de “CropLife Brasil” (não que a “ciência” seja tudo ou o mais importante). Nas afirmações do entrevistado tem-se, por um lado, um assombroso “esquecimento” e desconsideração para com as dezenas de milhares publicações científicas que corroboram os impactos negativos de agrotóxicos. Por outro, não é aceitável que alguém supostamente informado, que se propugna como “diretor executivo de um grupo que representa empresas sérias, algumas com mais de 150 anos; uma associação que trabalha com pesquisa e desenvolvimento de tecnologias” desconsidere e ignore instituições de renome internacionais, como é o caso da Agência Internacional de Pesquisa sobre o Câncer acima citada! A Agência Internacional de Pesquisa sobre o Câncer é uma instituição que faz parte da Organização Mundial da Saúde (OMS) e, portanto, ligada à ONU, sendo inadmissível a

desconsideração e o “oportuno esquecimento”! Mas o menoscabo para com órgãos internacionais de ciência nas duas matérias propagandísticas, também alcança a órbita nacional, ao desvalorizarem instituições brasileiras que desfrutaram de reconhecimento mundial, como é o caso do Instituto Nacional do Câncer (INCA), a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO). Essas entidades lançaram conjuntamente o alerta abaixo reproduzido: “Os agrotóxicos podem causar danos à saúde extremamente graves, como alterações hormonais e reprodutivas, danos hepáticos e renais, disfunções imunológicas, distúrbios cognitivos e neuromotores e cânceres, dentre outros. Muitos desses efeitos podem ocorrer em níveis de dose muito baixos, como os que têm sido encontrados em alimentos, água e ambientes contaminados. Além disso, centenas de estudos demonstram que os agrotóxicos também podem desequilibrar os ecossistemas, diminuindo a população de espécies como pássaros, sapos, peixes e abelhas. Muitos desses animais também desempenham papel importante na produção agrícola, pois atuam como polinizadores, fertilizadores e predadores naturais de outros animais que atingem as lavouras. O Dossiê Abrasco cita dezenas dos milhares de estudos publicados em periódicos científicos nacionais e internacionais de renome que comprovam esses achados”. (para comprovação acessar <https://portal.fiocruz.br/noticia/em-nota-conjuntafiocruz-inca-e-abrasco-alertam-para-o-risco-do-uso-de-agrotoxicos>). Um negacionismo científico com tal magnitude desautoriza, desacredita e descredita sobremaneira as empresas, as matérias e os veiculadores das mesmas. O terceiro fato, este na matéria jornalístico-propagandista em vídeo, é a grave acusação de que o Fórum atuaria com “desvio de finalidade e ilicitude”, por utilizar “verbas públicas” em atividade de defesa dos cidadãos, dos animais e do meio ambiente. A afirmação, por caracterizar ato criminoso na esfera pública exige investigação, pode ter questionamento jurídico mas, uma atitude final mais radical, depende das pessoas e instituições atingidas. Inobstante, o assunto do emprego de “verbas públicas” nas duas matérias, mas com particular preocupação com a saúde pública e compra de respiradores por parte do “Agrolink”, faz com que o tema adquira relevância, torne-se mais interessante e deve ser abordado com mais profundidade quando se trata da tributação sobre os agrotóxicos. Inicialmente, a isenção que os agrotóxicos recebem por parte do governo gaúcho, alcançou em 2016 o valor de R\$ 182 milhões só de ICMS, sempre com a falsa justificativa de “baratear alimentos” (para comprovação acessar

<https://custooculto.sul21.com.br/2019/04/23/isencao-a-agrotoxicos- apenas-em-2016-rs-abriu-mao-de-r-182-milhoes-em-icms/>). De outra sorte, durante o período pandêmico, fica destacado que o auxílio deste mesmo governo gaúcho às empresas e cidadãos carentes alcançou a cifra de R\$ 100 milhões. (para comprovação acessar <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-dosul/noticia/2021/03/26/governo-do-rs-propoe-auxilio-emergencial-para-setores-de-alimentacao-e-hospedagem.ghtml>). Deste confronto de informações fica claro que, se as empresas químicas de agrotóxicos pagassem impostos como todos os cidadãos pagam, no caso R\$ 182 milhões só de ICMS, ter-se-ia quase o triplo de auxílio aos necessitados nesse momento. Também importante perceber que as indústrias dos agrotóxicos estão recebendo há muito tempo e anualmente esse “auxílio financeiro”, mesmo com os lucros bilionários que registram e com os preços escorchantes cobrados aos plantadores! A insistência nesse tópico recoloca o questionamento da “revista Agrolink”, sobre: “É muito dinheiro para fazer campanha contra agrotóxicos. Quantos respiradores dariam?” A resposta é que, com os R\$ 778.725,38 da campanha de esclarecimento sobre os impactos dos agrotóxicos, seria possível comprar aproximadamente 8 respiradores de valor estimado em R\$ 90.000,00, enquanto que com os R\$ 182 milhões de tributação de ICMS que os agrotóxicos não pagam, seria possível comprar 2022 respiradores de mesmo valor. Esta indústria agroquímica já deveria ter comprados vários respiradores artificiais e doado aos hospitais pelo país e pelo mundo, já que intoxicações com alguns agrotóxicos podem gerar exatamente a sintomatologia de “falta de ar” ou asfixia. Ainda, a isenção e redução de impostos às indústrias químicas de agrotóxicos alcança valores bilionários, também antes e durante a pandemia, conforme matéria jornalística abaixo: “As empresas que produzem e vendem agrotóxicos operam no Brasil, embaladas por um pacote de benefícios que, somente com isenções e reduções de impostos, soma quase R\$ 10 bilhões por ano, segundo estudo inédito da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), feito por pesquisadores da Fiocruz e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). O valor que o governo federal e os Estados deixam de arrecadar com a isenção fiscal aos pesticidas é equivalente a quase quatro vezes o orçamento total previsto para o Ministério do Meio Ambiente neste ano (R\$ 2,7 bilhões) e mais que o dobro do que o SUS gastou em 2017 para tratar pacientes com câncer (R\$ 4,7 bilhões)” (para comprovação acessar <https://apublica.org/2020/02/bolsa-agrotoxico-empresasrecebem-isencoes-de-impostos-de-r-10-bilhoes-ao-ano/>). Ademais,

fica a informação de que com os aproximadamente R\$ 10 bilhões citados acima, poderiam ser comprados aproximadamente 111 mil respiradores! Também sobre o aspecto financeiro, no vídeo o presidente da “CropLife Brasil” afirma que “os agrotóxicos barateiam os alimentos”. Entretanto, contrapõe-se à essa afirmação o estudo “Direitos Humanos no Brasil 2020”, o qual informa: “Cerca de 80% de todo agrotóxico consumido no país destina-se para apenas quatro culturas (soja, cana, milho e algodão). Some-se a isso o produto usado nas culturas do café, de cítricos, fruticultura de exportação, outras oleaginosas, cacau, borracha, pastagens, celulose e constatamos que a quase totalidade do agrotóxico é direcionado para as plantations. Os produtos vegetais consumidos in natura pelo brasileiro (a “feirinha nossa do dia a dia”) respondem por acanhados 2% do mercado. Esse dado é importante porque permite antever que grande parte do agrotóxico consumido no país é vendido diretamente pelas indústrias aos grandes e médios produtores rurais (para comprovação acessar https://www.social.org.br/files/pdf/relatorio_2020.pdf). Para debater os impactos dos agrotóxicos na área da saúde pública, o Ministério Público Federal promoveu reunião em Brasília junto com outras entidades e verificaram que; “Apenas em 2018, o Brasil deixou de arrecadar pelo menos R\$ 2,07 bilhões de reais com a isenção fiscal concedida aos agrotóxicos. Ao mesmo tempo, estudos mostram que cada dólar gasto com defensivos agrícolas gera um custo de até US\$ 1,28 na saúde, somente para tratamento de casos de intoxicação. Desde a década de 80, foram notificados mais de um milhão de episódios de intoxicação por agrotóxicos no país. A exposição a esses produtos aumenta o risco de câncer, doenças crônicas, além da incidência de aborto e de malformações congênitas. (para comprovação acessar <https://cee.fiocruz.br/?q=Isencao-fiscal-de-agrotoxicos>)”. Isto posto, fica lembrada e ressaltada a grande preocupação do “Agro+” e “Agrolink” para com a saúde pública, com pandemia e respiradores, ainda mais quando está comprovado mediante dezenas de milhares de publicações científicas que os agrotóxicos enfermam, acamam e literalmente roubam vidas de pessoas! Destaca-se ainda nesse quesito de impactos financeiros dos agrotóxicos, que os tratamentos da quase totalidade de pessoas intoxicadas pelos venenos agrícolas, ocorrem via Sistema Único de Saúde (SUS), ou seja, mais uma vez é o dinheiro público que arca com os custos para tratar as sequelas dos agrotóxicos vendidos pela indústria química do veneno. Por fim, mas não menos importante e nem por último, faz-se importante salientar que o veneno agrícola mais empregado e com danos funestos ainda

incalculáveis à espécie humana, animal e ao meio ambiente, sequer foi citado; o glifosato! Aplicado irresponsavelmente às toneladas, também ocasiona efeitos macabros sobre tudo e todos, só recebendo essa citação nessas brevíssimas considerações. Ademais, elenca-se só como recordação, que entre os impactos dos agrotóxicos estão o extermínio de abelhas (abelhas nativas do Pampa gaúcho estão ameaçadas de extinção), o desaparecimento de pássaros em alguns locais, envenenamento de mananciais hídrico, alimentos e tantos outros. A bem da verdade, o Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos desenvolve, além da preocupação com a saúde coletiva, a defesa e difusão da agricultura familiar, da agroecologia e da produção orgânica de alimentos, numa ação que não é isolada, muito pelo contrário, ela é mundial e crescente. O Fórum acompanha os preceitos e indicações da “Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura” (FAO) e do “Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola” (FIDA), ambas entidades da “Organização das Nações Unidas” (ONU). No ano de 2019, elas reuniram-se em Roma (Itália) e lançaram a Década das Nações Unidas para Agricultura Familiar (UNDF, 2019-2028). Criaram também um Plano de Ação Global para aumentar o apoio e “criar um ambiente propício para fortalecer a posição da agricultura familiar e maximizar as contribuições dos agricultores familiares para a segurança alimentar e nutrição do mundo” (para comprovação acessar <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1195906/>). Tendo em vista a importância do manifesto, reproduz-se alguns trechos do mesmo, com o qual o FGCI concorda, apoia e espelha-se; “A Década da Agricultura Familiar das Nações Unidas é uma oportunidade para aumentar a conscientização pública sobre o papel que os agricultores familiares,... que estão na linha de frente dos esforços globais para combater a desnutrição e outras formas de desnutrição e promover uma alimentação saudável, precisam de um apoio mais forte frente ao crescimento da fome e da obesidade em todo o mundo” “Em um mundo onde um terço da comida produzida é perdida ou desperdiçada e um terço da terra é usada para a produção pecuária, eles são atores socioeconômicos vitais que podem apoiar melhores meios de subsistência, criação de empregos, coesão comunitária e desenvolvimento rural” “Os agricultores familiares fazem uma contribuição essencial para a salvaguarda da agrobiodiversidade e do conhecimento tradicional, no contexto de alarmantes alertas de que quase um milhão de plantas e espécies animais estão em risco de extinção”. “A Década da Agricultura Familiar das Nações Unidas é uma oportunidade para aumentar a

conscientização pública sobre o papel que os agricultores familiares - muitos dos quais são mulheres e jovens - desempenham em nossa sociedade e em nossas economias”. “É uma oportunidade para capturar e compartilhar seus conhecimentos e promover maior cooperação entre agricultores familiares de diferentes comunidades e países.” (para comprovação acessar <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1195906/>). Tem-se, assim, um órgão da ONU indicando a agricultura familiar para combater a fome e obesidade sem utilização de agrotóxicos e transgênicos, já que esse tipo de uso racional da terra gera emprego e é importante no convívio entre os moradores rurais. Faz-se importante salientar que a belicosidade inaceitável da indústria química tem sido expressiva e crescente contra todos os que lhes contestam, sejam essas as instituições de ensino, de pesquisa ou pessoas individualmente. Nos ataques, como no aqui rebatido contra o Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, tem-se afirmações que induzem os leitores ao erro, como é o caso de “agrotóxicos são necessários para produção agrícola”, “são seguros se bem aplicados”, ou que “sem eles, os alimentos seriam mais caros”. Ao encerramento, fica salientado que as breves e rápidas considerações apresentadas servem para expressar o apoio das entidades abaixo subscritas ao excelente trabalho desenvolvido pelo Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, às(aos) suas(seus) Procuradoras(es), às(os) pesquisadoras(es) em geral, assim como ao trabalho relevante e respeitável de todos aos demais Fóruns semelhantes localizados nos demais estados brasileiros. Assim, fica o repúdio veementemente a agressão grosseira, tendenciosa, infundada e negacionista de fatos científicos veiculada pelo “canal Agro+” e “revista Agrolink”, as quais, após reflexões e bom senso, deveriam escusarem-se e retratarem-se pelo abominável episódio promovido. Tem-se o inabalável entendimento de que, mesmo ante situações e opiniões divergentes como no presente caso, há de se sobressair a consideração ao contraditório, o equilíbrio argumentativo, o respaldo na verdade, o apoio na ciência, além da necessária consideração e respeito aos que debatem neste árido proscênio. Sendo o que se tinha. Cordialmente.

Assinam esse documento em apoio ao Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos- FGCIA, as seguintes entidades: Associação dos Servidores da FEPAM; Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – AGAPAN; Associação Gaúcha Pró Escola Famílias Agrícolas –AGEFA; Associação Ijuicense de Proteção ao Ambiente Natural – AIPAN; Associação Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente do RS - APE-

DeMA/RS; Centro de Estudos Ambientais - CEA/Pelotas; Conselho Estadual de Saúde - CES/RS; Conselho Regional de Enfermagem do RS -COREN/RS; Conselho Regional de Farmácia do RS - CRF/RS; Conselho Regional de Química da 5ª Região – CRQ-V; Diretoria de Vigilância em Saúde - DVS/SMS-PoA; Fórum em Defesa da Democracia Ambiental – FDAM ; Instituto Federal Sul-rio-grandense - IFSul/campus Pelotas ; Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais – INGÁ ; Instituto Mira-Serra ; Movimento Ciência Cidadã; Movimento Gaúcho em Defesa do Meio Ambiente – MOGDEMA; Núcleo de Estudos em Agroecologia -NEA/UPF; Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar – RedeSSAN ; Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES; União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública –UG; e Universidade Federal de Pelotas- UFPel.